

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202402/0134

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Outros

Orgão / Serviço: Direção Geral do Tribunal de Contas

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: Posição remuneratória do trabalhador + suplemento mensal de disponibilidade permanente

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

As funções a exercer serão de elevado grau de complexidade e consistem no apoio à atividade de controlo, no âmbito da execução dos programas de Fiscalização e Controlo do Tribunal de Contas, nos domínios da Saúde, Segurança Social, Emprego, Formação Profissional, Demografia e Organização e Gestão de Recursos na Administração Pública.

Caracterização do Posto de Trabalho:

O trabalho será prestado em regime de teletrabalho nos termos legais e do Regulamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas e, pontualmente, quando necessário, com recurso ao serviço externo.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Verifique a referência a que pretende candidatar-se e a respetiva habilitação exigida

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção Geral do Tribunal de Contas	2	Av. Barbosa du Bocage, 61	Lisboa	1069045 Lisboa	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 2

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Requisitos gerais:

Trabalhadores integrados na carreira geral de técnico superior ou outra carreira de grau de complexidade funcional 3, detentores de relação jurídica de emprego público previamente constituída na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou nomeação.

Requisitos específicos:

Ref. A: 1 (um) posto de trabalho destinado a candidatos/as habilitados/as com licenciatura na área do Direito;

Ref. B: 1 (um) posto de trabalho destinado a candidatos/as habilitados/as com licenciatura nas áreas das Ciências Económicas e da Estatística (Economia, Gestão, Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, Estatística e Estatística Aplicada).

Requisitos preferenciais:

Ref. A: Experiência comprovada de, pelo menos, 3 anos em funções de assessoria a órgãos de gestão em entidades da administração central ou do setor empresarial do Estado, de consultoria em estratégia e planeamento, de administração hospitalar, ou estudos especializados, pós-graduados ou mestrados na área da gestão de serviços de saúde; conhecimentos aprofundados da legislação e regulamentação no domínio dos setores da Saúde ou do Emprego e da Segurança Social.

Autonomia e capacidade de análise crítica, conhecimentos na análise documental e redação de relatórios.

Domínio das ferramentas informáticas na ótica do utilizador, processador de texto, recursos gráficos, folha de cálculo e consulta de base de dados. Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade.

Ref. B: Experiência comprovada de, pelo menos, 3 anos em funções de assessoria a órgãos de gestão em entidades da administração central ou do setor empresarial do Estado, consultoria, estudos, estratégia e planeamento, administração hospitalar, ou estudos especializados, pós-graduados ou mestrados na área da gestão de serviços de saúde, com experiência comprovada nesta área; conhecimentos aprofundados na área da gestão e controlo financeiro, gestão e avaliação de projetos, programas e políticas públicas. Fortes capacidades analíticas e experiência na utilização de métodos quantitativos e qualitativos empregues na investigação em ciências sociais. Conhecimentos das linguagens R e Python, criação de relatórios, dashboards, análise de dados e modelos estatísticos. Autonomia e capacidade de análise crítica. Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade.

O trabalho será prestado em regime de teletrabalho nos termos legais e do Regulamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas e, pontualmente, quando necessário, com recurso ao serviço externo.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recrutamentotecsup@tcontas.pt

Contacto: 217945100

Data Publicitação: 2024-02-06

Data Limite: 2024-02-21

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

Prazo e forma de apresentação das candidaturas:

Os/as interessados/as devem, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), enviar requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas para o endereço recrutamentotecs@tcontas.pt identificando, no assunto do e-mail, o correspondente Código de Oferta e Referência(s) a que se candidata, acompanhado de Curriculum Vitae assinado, com descrição detalhada da experiência profissional, documento comprovativo da habilitação académica e uma declaração atualizada (até 6 meses) do serviço de origem com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego, da carreira/categoria e da posição e nível remuneratório atualmente detidos.

Métodos de seleção:

A seleção dos/as candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, complementada com uma entrevista profissional de seleção, sendo apenas convocados para a realização de entrevista os/as candidatos/as cujo currículo revele experiência adequada ao exercício das funções.

Proteção de Dados Pessoais:

Em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que os dados pessoais solicitados em sede de candidatura a este procedimento apenas serão utilizados para efeitos do mesmo.

Em qualquer momento podem ser exercidos os direitos de acesso e oposição ao tratamento dos dados, nos termos da legislação em vigor.
